

Crescimento com concentração?

Evolução de livres e escravos em Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1860*

Mario Marcos Sampaio Rodarte
Mateus Rezende de Andrade
Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa
João Victor Rocha Gomes
Gabriel do Carmo Lacerda
Paulo Alves da Rocha Júnior

1. Introdução

Em meados do século XIX, especificamente, em 1850, o Império, através de políticas econômicas e sociais, determinou uma profunda transformação do Brasil, em direção a uma economia de mercado, que eventualmente teve efeitos que se somaram às transformações inerentes à própria dinâmica interna da economia e população de Minas Gerais. A ruptura do país ao passado moldado pelo antigo regime e pelo papel de colônia imposto pela Metrópole deu-se pela efetiva interrupção do tráfico negreiro da África, pela Lei de Terras e pelo Código Comercial. Tais medidas contribuíram para dar início aos processos de formação dos mercados de trabalho e de terras, além de conferir nova racionalidade ao capital.

A compilação e sistematização dos dados do início da década de 1860 de censos domiciliares de 37 paróquias da porção central e meridional da Província possibilitou uma análise mais detalhada das transformações econômicas e demográficas, tendo como comparação, o estado da população e da economia três décadas antes, pelos dados do censo da década de 1830. Mesmo que as transformações não se dessem numa velocidade muito acentuada, espera-se, contudo, deslindar alguns efeitos cerca de 10 anos depois de implementadas as políticas citadas.

No plano interno da economia da província de Minas Gerais, várias regiões parecem ter reduzido seu extrovertimento, ao reorientar parcela da produção antes destinada ao mercado externo à província para o mercado interno. Outras regiões, em especial a Mata, que passaram a exportar café e outros produtos. Acredita-se que a análise de comparação entre as décadas de 1830 e 1860 reflita as especificidades regionais, assumindo, contudo que tais mudanças sejam, também, atenuadas ou aceleradas pelas políticas transformadoras que emanaram do governo central do Império.

O presente trabalho divide-se em mais quatro partes, além dessas notas introdutórias. Faz-se, no segundo item, uma síntese da literatura sobre o tema. Na terceira parte, procurou-se discutir as fontes utilizadas. Em seguida, na quarta parte, são apresentados os principais resultados, finalizando com a quinta parte, com as considerações finais.

* Trabalho apresentado no VII Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP) e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu /PR, entre os dias 17 e 22 de outubro de 2016. Este estudo foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Travessia: O processo de modernização da Minas Gerais Oitocentista pelos dados do censo econômico e demográfico de 1862”, coordenada pelo Prof. Mario Rodarte, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Uma economia e sociedade em transformação

2.1 Herança cultural na formação da economia e sociedade mineira

Por cerca de dois mil anos a cultura ocidental buscou na família autocentrada e autárquica o modelo para a formação da sociedade. A religião doméstica era, originalmente, a força que dava pleno significado à sua constituição. A quase ausência completa de outras instituições proporcionava ao chefe da família poderes de sacerdote, juiz e patrão. Todos os demais membros da família: esposa, filhos, agregados e escravos, que estavam sob o domínio do *pater familias* lhe deviam obediência e cumpriam papéis distintos e harmônicos dentro da casa. A esse pequeno e sólido grupo doméstico os gregos denominaram *epístion*, ou, “aquilo que esta junto do fogo” (Coulanges, 2001: 46).

O fogo a que o autor da Cidade Antiga, obra clássica sobre a cultura greco-romana remete era o que se colocava sobre o altar sagrado das casas. A família unida, em cerimônia religiosa, em volta do fogo sagrado, promovia o que se acreditava ser a comunhão de vivos e mortos, da família e seus manes. Esse era o objetivo maior a ser alcançado pela família: permanecer cultuando seus entes idos, para que os vivos continuassem sob a proteção dos manes e, que estes, em troca, iriam manter-se bem na vida além-túmulo, por serem permanentemente lembrados pelos vivos.

A boa gestão da casa, com vistas à sua perpetuação, foi objeto de atenção de vários autores, que procuraram reunir os conhecimentos necessários em livros e manuais que orientassem os chefes de famílias nas suas funções. Econômico (palavra constituída originalmente por *oikos* – casa e *nomia* – norma, lei) seria esse conjunto de conhecimentos trabalhado, pela primeira vez, por Xenofonte (c. 410ac [1999]), na Grécia. Na Idade Média o pensamento aristotélico foi reabilitado pela Escolástica. Com pequenas alterações, esse conhecimento foi sendo repassado pra as novas gerações, chegando ao Brasil de diferentes formas, como por exemplo, pelas mãos do Carlos A. Taunay (1836 [2001]), com seu Manual do Agricultor Brasileiro. Segundo um importante tradutor da nossa sociedade:

“Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-familias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra ‘família’, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*.” (Holanda, 1995: 81).

Alguns aspectos da Oikonomia devem ser resumidos aqui. Como a manutenção e, melhor dizendo, a perpetuação da casa era a principal diretriz, a agricultura, que provinha os alimentos era, de longe, o setor mais valorizado. Seria esse o setor de atividade (que abrangia também a criação) o responsável por tornar a unidade familiar independente do mundo externo, autárquica. As demais atividades, tais como as artes manuais e mecânicas, eram vistas com desconfiança. O comércio seria ainda mais condenável, pois podia incutir nos agentes nele envolvido o desejo por acumulação e ganhos sem limites. A riqueza deveria se prestar ao usufruto dos membros da família (que podem assim, sobreviverem no tempo) e não acumulada, uma vez que isso não contribuía para atender a principal diretriz.

Não se pode dizer, contudo, que as orientações do Econômico tenham sido transpostas para o Brasil de forma imaculada. Diferentemente das colonizações da Grécia, que objetivavam – em grande medida – a diminuição da pressão demográfica, a colonização do Novo Mundo envolveu a exploração de matérias primas e recursos naturais. A conversão do território em colônia de Portugal pôs em operação verdadeiras empresas familiares voltadas para a produção e exportação de produtos como açúcar e ouro. Essa nova orientação comercial das unidades infringia a norma de conduta da família do Econômico que, como visto, deveria manter-se autônoma, ou seja, voltada para seu próprio consumo. Outros sinais dessa mudança era o maior papel assumido pelo capital comercial no Brasil e a existência de famílias com numerosos escravos, ao passo que na Grécia Antiga, a média de escravos era de cinco elementos, com pequena amplitude desse patamar, segundo Finley (2013).

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desdobrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia mais poderosa da América” (Freyre, 1963: 83).

A Independência do Brasil, em 1822-23, não alterou seriamente as bases dessa estrutura social. Assim, o fogo (termo usado pra designar família nas fontes do passado) manteve-se solidamente identificado com *epístion*, seguindo os princípios do Econômico, ainda que a Crematística (que é o conceito aristotélico da produção incessante para a geração de riquezas) orientasse parcialmente as mais importantes unidades produtivas-familiares nas atividades produtivas.

Entre a família idealizada pelas velhas sociedades e as que efetivamente existiram no passado e que são evidenciadas pelas listas nominativas e outros documentos havia um distância que variava de caso a caso, a depender, primeiramente, das condições econômicas que possibilitavam, ou não, concretizar esse desejo. Tanto é assim, que uma vez eliminadas as obstruções econômicas de determinado indivíduo, ele, via de regra, buscava constituir família estruturada aos moldes daquele ideal:

“(…) o elemento decisivo na formação e na caracterização da sociedade que aqui começou a formar-se desde o século XVI foi, decerto, o da minoria portuguesa e, depois, de origem portuguesa, em geral, que as circunstâncias tornaram aristocrática e até feudal em suas relações com os demais elementos da população. Estes, sempre que lhes foi possível a ascensão, os estilos de vida que procuravam imitar foram os daquela minoria influente: inclusive sua constituição de família ou seu familismo” (Freyre, 1963: 127).

Não se pode, também, associar, de forma determinista, as condições econômicas e a constituição e forma das famílias. Outros aspectos, tais como o sexo e demais atributos pessoais, assim como a influência de outras culturas de povos que constituíram a sociedade brasileira e mesmo as idiosincrasias pessoais influenciaram as aglutinações familiares, fazendo com que não houvesse apenas o patriarcado “como outras formas de família: parapatriarcais, semipatriarcais e mesmo antipatriarcais” (Freyre, 1963: 127).

Nesse contexto, que se juntam valores antigos e a centralidade da família na organização produtiva, o que se constatou, através dos trabalhos do Rodarte (2008, 2012)

foi uma grande variedade de formas familiares, cada qual adaptada para uma forma específica de inserção social e econômica. Esses resultados foram obtidos especificamente em censos de Minas Gerais, da década de 1830, mas devem refletir o que acontecia no Brasil, de uma forma geral.

Os domicílios escravistas, que poderiam também ser identificados como patriarcais, numa abordagem freyriana, representavam 21,6% das famílias; os domicílios camponeses (semipatriarcais ou parapatriarcais), 24,3%. As famílias de autônomos, que pela sua formação (na sua maioria, famílias sob chefia feminina de tecedeiras e fiandeiras, residentes nos principais núcleos urbanos), podiam ser as famílias antipatriarcais, respondiam por 12,5% (Rodarte, 2008, 2012).

Para além daqueles tipos antevistos por Gilberto Freyre, o estudo empírico com as listas nominativas mineiras possibilitou detectar a existência de famílias assalariadas (4,7%) em geral, ex-escravos idosos vivendo sob condições de pobreza extrema. O restante das famílias (36,8%) apresentava formas que conciliavam aspectos dos perfis mencionados acima. Tais perfis poderiam ser famílias que, no momento do censo, estavam transitando de uma para outra forma, ou mesmo, poderiam ser famílias com características mais ou menos permanentes de constituição intermediária (Rodarte, 2008, 2012).

2.2 As transformações da segunda metade do século XIX

As políticas econômicas e sociais de 1850 indicam a vontade política de dar novo direcionamento ao Brasil, interrompendo a dinâmica orientada pelo antigo regime, adaptada à condição de colônia escravista, para uma economia de mercado, ou, em outros termos, fazendo que a lógica do Econômico fosse ainda mais substituída pela da Crematística. Tais políticas referem-se ao efetivo fechamento do tráfico negreiro da África, a Lei de Terras e o Código Comercial. Aumento da especialização do trabalho com o conseqüente incremento do comércio seriam dois efeitos esperados dessas medidas.

Curiosamente, várias regiões da Província pareciam ter evoluído no sentido inverso ao projetado, por terem reduzido sua abertura com o mundo, ao reorientar parcela da produção antes destinada ao mercado externo à província para o consumo interno (seja pela subsistência, seja via mercado) interno. Contudo, outras regiões, em especial a Mata, mas também o Sul, passaram a exportar café, ou mesmo, incrementar a exportação com outros produtos de comercialização mais antiga.

Também surpreendeu o aumento do crescimento do número de escravos em Minas, no período entre 1862 e 1872, *vis-à-vis* o período anterior, entre 1832 e 1862, como é mostrado em Rodarte et al. (2014). Esta aceleração da taxa de crescimento da população escrava ocorreu de forma concomitante à elevação do preço dos escravos, como é descrito por Luiz Nogueról (2005: 11). Analisar as mudanças desencadeadas pela redefinição política e pelas especificidades das transformações locais é o objetivo principal desse trabalho.

3. Fontes e método

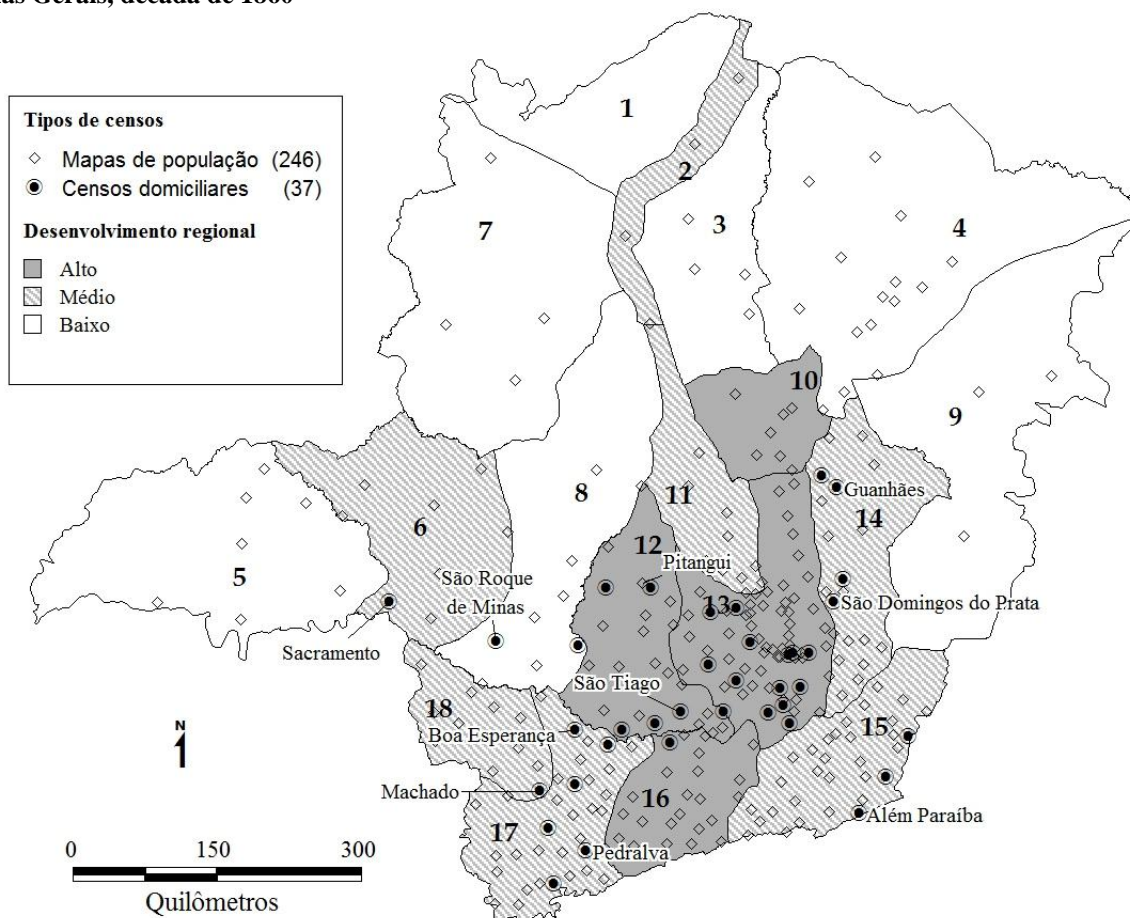
O estudo tem como fontes primárias, os censos da década de 1830 e da década de 1860. O primeiro banco de dados, também conhecido como listas nominativas da década de 1830, foi descrito por Rodarte et al (2010). O segundo levantamento da década de 1860 foi parcialmente trabalhado por Martins et al (2002), que assim descreveram o censo:

“Em 12 de novembro de 1861, o Presidente da Província de Minas Gerais enviou aos vigários das paróquias mineiras um ofício onde ordenava que fossem fornecidas informações sobre a população e as indústrias de cada freguesia, segundo um modelo padronizado de formulário. Neste, deveria constar o nome da freguesia e o município ao qual ela pertencia, a data em que foi preenchido, o número de quarteirões e de fogos ou domicílios existentes, o total dos habitantes discriminados por condição livre ou escrava e sexo, o estado civil, as idades da população distribuídas em 5 faixas etárias – 1 a 7 anos¹, 8 a 15 anos, 16 a 30 anos, 31 a 50 anos e 50 anos em diante - e as indústrias.” (Martins et al., 2002: 2)

É importante destacar que nem todos os censos foram feitos conforme o ofício determinava, pois apenas alguns tinham a informação de domicílio a domicílio. Estas contabilizam, ao todo, apenas 36 paróquias, produzidas entre 1862 e 1863. A base de dados final totalizou 37 unidades administrativas, com a incorporação de uma lista nominativa (do distrito de Itabirito), escrita em 1867. Para se estabelecer a comparação de três décadas, procurou-se selecionar os distritos recenseados nos anos de 1830 que seriam pertencentes (ou mesmo, próximos) aos territórios que viriam a compor as freguesias de 1862. Não há nenhuma garantia de perfeita identidade espacial e de cobertura demográfica entre as populações recenseadas de ambos os períodos. Sendo assim, as análises não se fixaram na evolução da extensão da população, mas sim nas transformações da sua constituição, sobretudo de composição da população por condição social (livre ou escravo), sexo, estado marital e idade que era o permitido de ser obtido pelos dados agregados das listas domiciliares. Vale considerar, também, que as 37 unidades pesquisadas encontram-se relativamente bem distribuídas na porção central e sul de Minas Gerais.

¹ Supostamente, os recém nascidos e crianças de menos de um ano foram classificados como pessoas de 1 a 7 anos, uma vez que a os totais paroquiais são integralmente distribuídos entre as faixas etárias que o ofício solicita.

Mapa 1
Cobertura censitária e níveis de desenvolvimento
Minas Gerais, década de 1860



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco (SARSF); 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá (IPT); 13-Mineradora Central Oeste (MCO); 14-Mineradora Central Leste (MCL); 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. Fontes dos dados básicos: IBGE, Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

As informações econômicas foram extraídas de documentos de 1861 em resposta a solicitação do Presidente da Província feita em portaria expedida em 6 de dezembro de 1860. Este ofício fornecia quadros impressos/modelos para serem preenchidos por autoridades de cada freguesia. Perguntava-se sobre população por condição, nascimentos e óbitos ocorridos no ultimo ano também por condição. Era solicitado, também, um conjunto expressivo de informações, sobretudo, sobre a economia local (número de habitantes por ocupações, número de fazendas segundo a atividade, se “de criação” ou “de agricultura”, relação nominal das lavras e minas existentes e uma informação detalhada sobre ramos de atividade: produção agrícola, criação, indústria, importação, exportação, estradas, distâncias.). Aparentemente, o texto abaixo é uma cópia do ofício que foi enviado solicitando as informações:

Ilmo Senhor, para bem puder dár cumprimento a uma Portaria do Exmo Snr Conselheiro Presidente da Provincia de seis de dezembro próximo

passado, cumpre que V. Sra quanto antes me envie uma relação que contenha os esclarecimentos seguintes. 1º. O nome da povoação que existir neste districto com indicação do numero da cazas nella existente, o número de seus habitantes, com distinção dos livres e escravos, sexos, nomes, idades, occupaões, empregos, ou officiais. 2º. Huma igual lista de todos os mais habitantes do seo districto existente nas fazendas, o nome delas, assim de cultura como de criação. 3º. Os nomes das minas ou lavras existentes, sua especialidade, quantidade, e valor provável do mineral extrahido. 4º. Quaes são os gêneros principalmente cultivados nesse districto, e que tal é a sua qualidade. 5º. Qual é a importância provável da criação que ahi produz e a especialidade dos animaes. 6º. Qual o estabelecimento de indústria que ahi existe, e qual o valor provável dos objectos anualmente fabricados. 7º. Qual é a quantidade e o valor dos gêneros importados, e consumidos nesse districto. 8º. Qual a espécie, quantidade, e o valor dos productos desse districto annualemente exportados. 9º. Quaes são as principais estradas que percorrem esse districto e para onde se dirigem. 10º. Finalmente quaes são as distancias entre as diferentes povoações existentes nesse districto. Tendo V. S. em vista os quesitos a cima, eu espero do seo zelo pelo bem publico, que quanto antes me responderá e dará cumprimento a esta ordem para cumprimento da qual no que toca o arrolamento da população, deverá lançar mão dos Inspectores de Quarteirão, devendo ser bastante escrupuloso nas demais declarações. Deos Guarde V. S. Uberaba 31 de Janeiro de 1861 ___ Ilmo. Sr. Subdelegado de ___

O Juiz de Direito Manoel Je. Pinto de Vasconcellos

APM. Códice SP892 parte1 doc[20] e doc [21]

4. Transformações demográficas e econômicas entre as décadas de 1830 e 1860

Idade e sexo

Na comparação entre 1832 e 1862, a parcela dos indivíduos entre 16 e 30 anos, que significava, aparentemente, o ápice da vida produtiva humana, permaneceu a mais elevada em ambos os períodos, porém em redução (de 4,5 pontos percentuais – p.p.), pela Tabela 1. Denota-se que a interrupção do tráfico de escravos em 1850 parece ter sido responsável (ao menos em parte) dessa mudança de estrutura da distribuição etária, tornando-a mais jovem. A maior proporção de pessoas de 16 a 30 anos, se mantida até o final do tráfico, pode ter resultado no crescimento das parcelas da população mais jovens, dada a sua maior fecundidade.

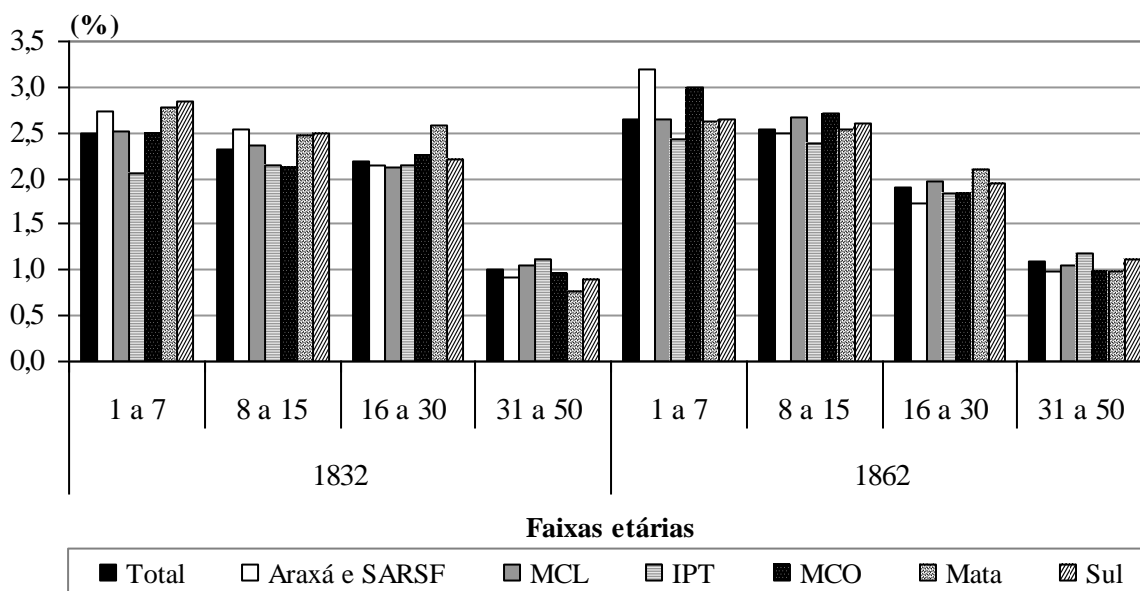
O rejuvenescimento da população pode ser mais bem visualizado pelo Gráfico 1, que tem a divisão a participação de cada faixa etária, dividida pelo respectivo número de anos de cada faixa. Observou-se que o maior número relativo de crianças de 1 a 7 anos havia crescido, de forma especial, para regiões de fronteira agrícola, que cresceram pela força da migração (Araxá e Sertão Alto São Francisco), mas também na Mineradora Central Oeste, que crescia menos, pelo efeito da emigração.

Tabela 1
População total por faixa etária, segundo regiões
Centro e sul de Minas Gerais, 37 paróquias e localidades. 1832 e 1862

Regiões	N.						%					
	Faixas etárias					Total	Faixas etárias					Total
	1 a 7	8 a 15	16 a 30	31 a 50	51 e mais		1 a 7	8 a 15	16 a 30	31 a 50	51 e mais	
1832	16.235	15.144	26.896	16.279	7.117	81.671	19,9	18,5	32,9	19,9	8,7	100,0
Araxá e SARSF	1.242	1.149	1.831	1.041	421	5.684	21,9	20,2	32,2	18,3	7,4	100,0
IPT	2.216	2.063	3.501	2.298	888	10.966	20,2	18,8	31,9	21,0	8,1	100,0
MCO	4.859	5.022	9.451	6.604	3.455	29.391	16,5	17,1	32,2	22,5	11,8	100,0
MCL	1.292	1.100	2.179	1.252	649	6.472	20,0	17,0	33,7	19,3	10,0	100,0
Mata	1.169	1.043	2.036	807	199	5.254	22,2	19,9	38,8	15,4	3,8	100,0
Sul	5.457	4.767	7.898	4.277	1.505	23.904	22,8	19,9	33,0	17,9	6,3	100,0
1862	19.932	19.035	26.703	20.467	7.650	93.787	21,3	20,3	28,5	21,8	8,2	100,0
Araxá e SARSF	2.217	1.720	2.243	1.696	776	8.652	25,6	19,9	25,9	19,6	9,0	100,0
IPT	2.186	2.220	3.047	2.171	739	10.363	21,1	21,4	29,4	20,9	7,1	100,0
MCO	5.628	5.502	7.970	6.790	3.048	28.938	19,4	19,0	27,5	23,5	10,5	100,0
MCL	1.779	1.606	2.045	1.474	520	7.424	24,0	21,6	27,5	19,9	7,0	100,0
Mata	1.737	1.691	2.626	1.644	599	8.297	20,9	20,4	31,6	19,8	7,2	100,0
Sul	6.385	6.296	8.772	6.692	1.968	30.113	21,2	20,9	29,1	22,2	6,5	100,0

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Gráfico 1
Participação média da população por faixa etária, segundo regiões
Centro e sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862



Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

A razão de sexos (RS, variável que, nas idades adultas, sugere discricionarietà de sexo nos fluxos migrat6rios e nos movimentos forçados de cativos, o que tamb6m pode estar relacionado à divis6o sexual do trabalho, plasmada em regi6es) decresceu no per6odo analisado, em direç6o a um maior equil6brio entre sexos, ao passar de 113 para 105 homens para cada 100 mulheres. Esse movimento 6 resultante de dois movimentos inversos por condiç6o social: de um lado, a populaç6o livre, mais feminina que se tornou levemente mais masculina; e de outro, a populaç6o cativa, originalmente mais masculina (162), que passou a apresentar situaç6o menos desequilibrada, ainda que fosse de 131 homens para cada 100 mulheres.

A Mata, al6m de ser a regi6o com maior desequil6brio de sexos, foi a 6nica das regi6es onde esse desequil6brio se manteve praticamente o mesmo durante o tempo analisado (com o RS a oscilar de 145 para 144 homens para cada 100 mulheres), o que corrobora a ideia de ter sido uma regi6o not6vel e permanentemente receptora de migrantes e de cativos homens na idade mais produtiva. Contudo, pode-se perceber uma substituiç6o, ainda que parcial, do deslocamento forçado de escravos homens para a imigraç6o livre, uma vez que a raz6o de sexos entre cativos tivesse reduzido (de 199 para 165, ainda sendo a maior entre as regi6es estudadas), ao passo que o mesmo indicador elevasse de 113 para 132, no per6odo.

Todas as outras regi6es que apresentavam, originalmente, desequil6brios de sexo decorrente de movimentaç6o populacional passaram a apresentar mais simetria nas proporç6es de homens e mulheres. Nessa converg6ncia em relaç6o à harmonizaç6o da composiç6o da populaç6o por sexo cabe destaque ao Sul e Mineradora Central Leste, que tinham 6ndices de RS pr6ximos a 120, e que convergiram para a m6dia, mais equilibrada, de 105 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 2
População por sexo e razão de sexos, segundo regiões
Centro e sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Regiões	1832								
	Livres			Escravos			Total		
	H.	M.	Razão de sexos	H.	M.	Razão de sexos	H.	M.	Razão de sexos
1832	29.710	31.442	94	19.270	11.902	162	48.980	43.344	113
Araxá e SARSF	2.130	2.115	101	859	611	141	2.989	2.726	110
IPT	4.450	4.846	92	3.292	2.146	153	7.742	6.992	111
MCO	10.253	11.653	88	6.299	4.112	153	16.552	15.765	105
MCL	3.511	3.602	97	2.130	1.153	185	5.641	4.755	119
Mata	1.526	1.345	113	1.587	799	199	3.113	2.144	145
Sul	7.840	7.881	99	5.103	3.081	166	12.943	10.962	118
1862	41.751	43.250	97	17.980	13.773	131	59.731	57.023	105
Araxá e SARSF	3.244	3.325	98	1.343	1.088	123	4.587	4.413	104
IPT	6.318	6.928	91	3.192	2.413	132	9.510	9.341	102
MCO	11.064	12.381	89	4.105	3.309	124	15.169	15.690	97
MCL	7.009	7.003	100	1.982	1.554	128	8.991	8.557	105
Mata	3.183	2.413	132	2.220	1.345	165	5.403	3.758	144
Sul	10.933	11.200	98	5.138	4.064	126	16.071	15.264	105

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Posse de escravos

A ligeira redução da proporção de escravos que se assistiu durante o período em tela não deixa transparecer a radical mudança na composição na estrutura da posse de escravos. Nas paróquias analisadas, cerca de 9% dos fogos deixaram de contar com a mão de obra escrava entre 1832 e 1862, uma vez que a parcela das unidades familiares escravistas havia passado de aproximadamente um terço (33,7%) para um quarto (25,0%), pela Tabela 3.

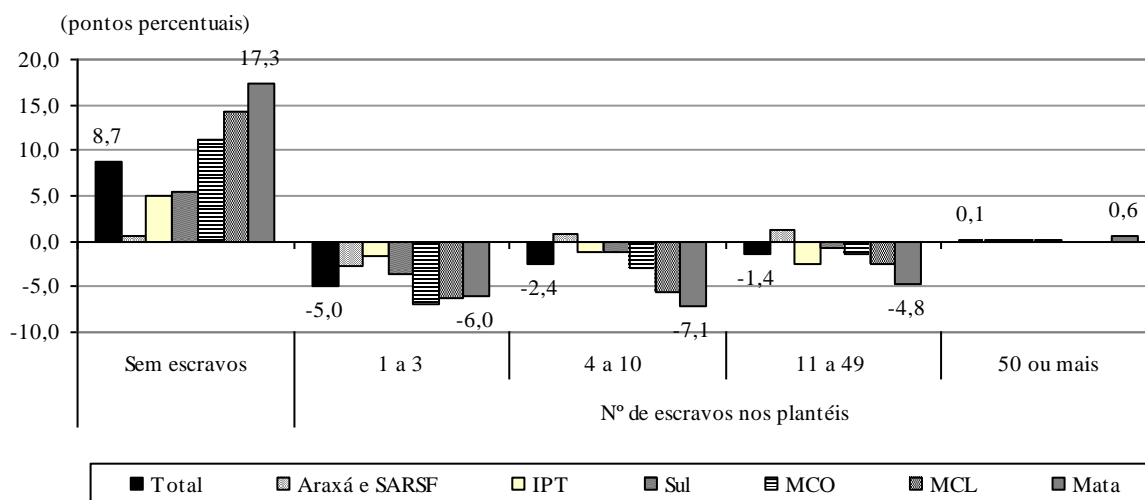
Entre as unidades escravistas, observou-se também expressiva concentração das posses no período. A pequena propriedade de escravos (de até 3 cativos) recuou 5 pontos percentuais. A participação das médias propriedades também teve recuo, embora menos intenso (de 3,8 pontos percentuais), pelo Gráfico 2. Apenas o pequeno grupo dos grandes proprietários (com 50 ou mais escravos) manteve sua participação.

Tabela 3
Fogos por estrutura da posse de escravos, segundo regiões
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Regiões	N.							%						
	Sem escravos	Nº de escravos nos plantéis					Total	Sem escravos	Nº de escravos nos plantéis					Total
		1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total			1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais	Total	
1832	9.205	2.327	1.522	795	36	4.680	13.885	66,3	16,8	11,0	5,7	0,3	33,7	100,0
Araxá e SARSF	553	151	84	33	1	269	822	67,3	18,4	10,2	4,0	0,1	32,7	100,0
IPT	1.460	375	257	159	3	794	2.254	64,8	16,6	11,4	7,1	0,1	35,2	100,0
MCO	3.660	954	535	254	10	1.753	5.413	67,6	17,6	9,9	4,7	0,2	32,4	100,0
MCL	1.070	196	164	87	4	451	1.521	70,3	12,9	10,8	5,7	0,3	29,7	100,0
Mata	282	117	103	65	3	288	570	49,5	20,5	18,1	11,4	0,5	50,5	100,0
Sul	2.180	534	379	197	15	1.125	3.305	66,0	16,2	11,5	6,0	0,5	34,0	100,0
1862	13.181	2.066	1.501	759	58	4.384	17.565	75,0	11,8	8,5	4,3	0,3	25,0	100,0
Araxá e SARSF	825	190	135	64	2	391	1.216	67,8	15,6	11,1	5,3	0,2	32,2	100,0
IPT	2.014	433	297	133	7	870	2.884	69,8	15,0	10,3	4,6	0,2	30,2	100,0
MCO	4.214	570	370	180	10	1.130	5.344	78,9	10,7	6,9	3,4	0,2	21,1	100,0
MCL	2.401	191	146	91	6	434	2.835	84,7	6,7	5,1	3,2	0,2	15,3	100,0
Mata	725	158	119	72	12	361	1.086	66,8	14,5	11,0	6,6	1,1	33,2	100,0
Sul	3.002	524	434	219	21	1.198	4.200	71,5	12,5	10,3	5,2	0,5	28,5	100,0

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Gráfico 2
Diferença das proporções de fogos por estrutura da posse de escravos
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862



Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Na análise das regiões, observou-se, por um lado, que as maiores concentrações ocorreram nas regiões de fronteira agrícola da Mata e Mineradora Central Leste. Na Mata, apesar de continuar sendo a região com escravidão mais difundida, com 33,2% dos fogos

na condição de escravistas em 1862, foi onde se registrou a maior retração do número de fogos com escravos, e também o de maior crescimento do número relativo de grandes propriedades de cativos. A Mineradora Central Leste, por sua vez, reduziu seu número fogos escravistas ao ponto de se tornar a região onde seu número era o menor (15,3%). Por outro lado, o movimento de concentração praticamente não ocorreu nas regiões de fronteira do oeste, de Araxá e do Sertão do Alto São Francisco.

O fenômeno da concentração da posse de escravos é importante para entender a possibilidade de concentração da renda e riqueza gerada pelos escravos, e que são apropriadas pelas famílias proprietárias. Tal acontecimento é mais bem visualizado na Tabela 4. Os pequenos proprietários detinham apenas 13,0% da força de trabalho escrava, no início do período analisado, e esse percentual retraiu para 11,2%, trinta anos depois. Embora os médio-grandes proprietários (de 11 a 49 escravos) mantivesse retendo pouco abaixo de 50% dessa força de trabalho, foi entre os fogos de grandes proprietários que se observou crescimento da participação (de 8,7% para 12,7% do trabalho cativo).

Tabela 4
Escravos por estrutura da posse de escravos, segundo regiões
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Regiões	N.					%					
	Nº de escravos nos plantéis				Total	Nº de escravos nos plantéis				Total	
	1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais		1 a 3	4 a 10	11 a 49	50 ou mais		
1832	4.066	9.398	15.001	2.708	31.173	13,0	30,1	48,1	8,7	100,0	100,0
Araxá e SARSF	265	527	620	58	1.470	18,0	35,9	42,2	3,9	100,0	100,0
IPT	673	1.620	2.959	186	5.438	12,4	29,8	54,4	3,4	100,0	100,0
MCO	1.628	3.231	4.783	770	10.412	15,6	31,0	45,9	7,4	100,0	100,0
MCL	346	1.028	1.661	248	3.283	10,5	31,3	50,6	7,6	100,0	100,0
Mata	192	660	1.209	325	2.386	8,0	27,7	50,7	13,6	100,0	100,0
Sul	962	2.332	3.769	1.121	8.184	11,8	28,5	46,1	13,7	100,0	100,0
1862	3.569	9.237	14.899	4.048	31.753	11,2	29,1	46,9	12,7	100,0	100,0
Araxá e SARSF	337	818	1.156	120	2.431	13,9	33,6	47,6	4,9	100,0	100,0
IPT	788	1.785	2.605	427	5.605	14,1	31,8	46,5	7,6	100,0	100,0
MCO	985	2.236	3.495	698	7.414	13,3	30,2	47,1	9,4	100,0	100,0
MCL	324	931	1.865	416	3.536	9,2	26,3	52,7	11,8	100,0	100,0
Mata	268	766	1.404	1.127	3.565	7,5	21,5	39,4	31,6	100,0	100,0
Sul	867	2.701	4.374	1.260	9.202	9,4	29,4	47,5	13,7	100,0	100,0

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Na análise regional, a Mata novamente se descola da dinâmica das demais regiões, por ter sido a única que tinha mais que dobrado o peso dos grandes proprietários na apropriação do trabalho cativo (de 13,6% para 31,6%). De forma oposta, a Intermediária de Pitangui-Tamanduá se notabilizou por ter a posse mais democratizada, com pequenos proprietários respondendo por 14,1% do trabalho escravo.

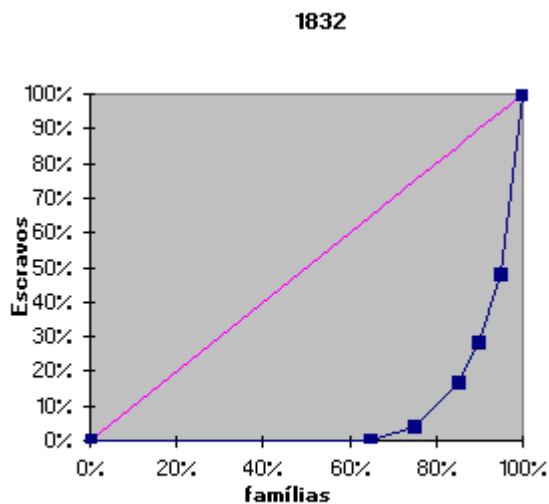
Na análise global a concentração da força de trabalho escrava em poucas famílias foi captada pelo índice de Gini, que passou de 0,76 para 0,84, durante o período, como mostram os Gráficos abaixo. Em 1832, 5% das famílias com maiores posses detinham

pouco mais da metade do contingente escravo (51,8%). Trinta anos depois, este percentual tinha-se elevado para 61,5%.

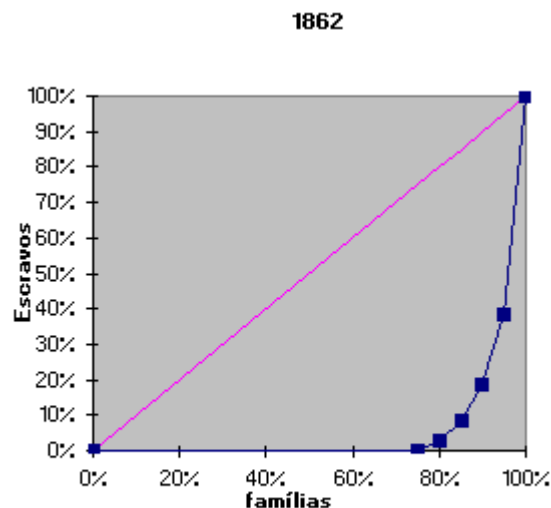
Gráfico
Curva de Lorenz e Índice de Gini
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias

3 Gráfico
Curva de Lorenz e Índice de Gini

4



Índice de Gini: 0,763



Índice de Gini: 0,839

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Famílias em transformação

A expressiva mudança da estrutura da posse de escravos entre as décadas de 1830 e 1860 já foi objeto de apreciação no estudo da Hébrida V. Fam, que utilizou parte das mesmas fontes aqui compulsadas. Sobre a redução relativa do número de proprietários, a autora diria que:

“Estes números não indicam que a posse de escravos tenha se concentrado, mas sim que a população livre cresceu mais rapidamente que a população escrava e que, desta forma, o número de fogos sem escravos cresceu mais depressa que os com escravos. (Fam,1994; 22).

Para avaliar sua constatação, esta análise requer o exame da composição das famílias existentes em ambos os períodos. Deve-se considerar que a forma bastante simplificada do formulário das listas domiciliares de 1862 não permite fazer uma tipologia muito sofisticada, ao modo de Laslett (1972) e muito menos, a de uma família plurifuncional de Rodarte (2008; 2012). Contudo, a fonte primária possibilita fazer a tipologia apresentada na Tabela 5, que pode ser elucidativa das transformações ocorridas, se aplicadas nos dois momentos analisados.

A tipologia de famílias desenhada aqui, segue ordem similar à tipologia de famílias proposta por Laslett (1972) que se inicia das formas simples (e, frequentemente, menores) e finaliza com formas mais complexas (e, eventualmente, numerosas). Assim, os primeiros quatro tipos referem-se a fogos constituídos por um único livre. Os quatro seguintes são aqueles provavelmente chefiados por um núcleo marital. Os três tipos restantes são todos os

fogos que não se enquadram nos tipos anteriores, seja por terem mais de um núcleo, seja por não terem nenhum núcleo, mas com mais de um indivíduo livre. O sexo da chefia só pôde ser averiguado nos fogos unipessoais.

Tabela 5
Fogos, segundo tipos
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Tipos	1832		1862		Diferença	
	N.	%	N.	%	N.	%
unipessoal feminino	453	3,7	531	3,5	78	-0,2
unipessoal masculino	415	3,4	341	2,2	-74	-1,2
unipessoal feminino escravista	204	1,7	143	0,9	-61	-0,8
unipessoal masculino escravista	240	2,0	145	1,0	-95	-1,0
casal solitário	975	8,0	1.523	10,0	548	2,0
casal com crianças	3.260	26,8	5.487	36,1	2.227	9,3
casal solitário com escravo(s)	289	2,4	278	1,8	-11	-0,6
casal com crianças e escravo(s)	1.526	12,5	1.800	11,8	274	-0,7
demais escravistas	1.236	10,2	1.048	6,9	-188	-3,3
demais escravistas - predominancia fem.	699	5,7	475	3,1	-224	-2,6
outros	2.876	23,6	3.429	22,6	553	-1,0
Total	12.173	100,0	15.200	100,0	3.027	-

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Na análise dos dois períodos sobressai a constatação de que a família equivalente à moderna (constituída por casal, com e sem filhos, sem outros personagens, como os escravos e agregados), cresceu expressivamente, em detrimento da representação de todos os demais tipos. Dessa forma, depreende-se uma transformação do modo mais frequente de organização familiar, de um lado, com redução das possibilidades de manutenção de formas mais individualizadas e autônomas, com ou sem auxílio de escravos, uma vez que os fogos constituídos por um único livre retraíram de 10,8% para 7,6%. Tal redução ocorreu tanto em domicílios chefiados por homens como por mulheres. De outro lado, assistiu-se a uma diminuição das formas mais complexas de organização familiar, como as formadas por mais de um núcleo, sejam elas com predominância feminina ou não.

A maior parte dos livres estava aglutinada em famílias formadas por um casal com ou sem crianças, tanto em 1832 (37,2%), quanto em 1862 (48,4%), pela Tabela 6. Por sua vez, a força de trabalho cativa estava concentrada nas “demais” famílias escravistas. Em 1832 tais famílias reuniam 65,6% dos escravos, sendo que esse percentual havia diminuído trinta anos depois, mas ainda abarcando mais de metade dos cativos (56,2%).

A análise do tamanho médio dos fogos não permite dizer que houve uma transformação expressiva dentro de cada tipo de fogo, como pode-se observar na Tabela 7. Ao longo do período analisado, constatou-se que nas famílias de formação mais complexa que as formadas por um único núcleo com crianças não se diferiam em termos de número médio de livres, que era de apenas seis membros. Dessa forma, pode-se dizer que as transformações ocorreram, sobretudo, na mudança no peso relativo de cada tipo e menos na constituição de cada categoria, que poderia ocorrer, por exemplo, pelo aumento da fecundidade em alguns grupos ou, então, pela maior ou menor entrada de membros em organizações mais complexas.

Tabela 6
População, segundo tipos de fogos
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Tipos	Número			Percentual		
	livres	escravos	total	livres	escravos	total
1832	53.791	27.964	81.755	100,0	100,0	100,0
unipessoal feminino	453	0	453	0,8	0,0	0,6
unipessoal masculino	415	0	415	0,8	0,0	0,5
unipessoal feminino escravista	204	1.009	1.213	0,4	3,6	1,5
unipessoal masculino escravista	240	1.180	1.420	0,4	4,2	1,7
casal solitário	1.950	0	1.950	3,6	0,0	2,4
casal com crianças	18.067	0	18.067	33,6	0,0	22,1
casal solitário com escravo(s)	578	983	1.561	1,1	3,5	1,9
casal com crianças e escravo(s)	9.317	6.426	15.743	17,3	23,0	19,3
demais escravistas	7.329	14.769	22.089	13,6	52,8	27,0
demais escravistas - predominancia fem.	3.575	3.597	7.172	6,6	12,9	8,8
outros	11.663	0	11.672	21,7	0,0	14,3
1862	74.159	28.454	105.664	100,0	100,0	100,0
unipessoal feminino	531	0	531	0,7	0,0	0,5
unipessoal masculino	349	0	341	0,5	0,0	0,3
unipessoal feminino escravista	143	686	851	0,2	2,4	0,8
unipessoal masculino escravista	145	666	822	0,2	2,3	0,8
casal solitário	3.046	0	3.046	4,1	0,0	2,9
casal com crianças	32.830	0	34.784	44,3	0,0	32,9
casal solitário com escravo(s)	556	1.350	1.913	0,7	4,7	1,8
casal com crianças e escravo(s)	11.625	9.771	21.574	15,7	34,3	20,4
demais escravistas	6.364	12.431	18.874	8,6	43,7	17,9
demais escravistas - predominancia fem.	2.914	3.550	6.596	3,9	12,5	6,2
outros	15.656	0	16.332	21,1	0,0	15,5

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Tabela 7
Tamanho médio dos fogos, segundo tipos
Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Tipos	1832			1862		
	livres	escravos	total	livres	escravos	total
unipessoal feminino	1	0	1	1	0	1
unipessoal masculino	1	0	1	1	0	1
unipessoal feminino escravista	1	5	6	1	5	6
unipessoal masculino escravista	1	5	6	1	5	6
casal solitário	2	0	2	2	0	2
casal com crianças	6	0	6	6	0	6
casal solitário com escravo(s)	2	3	5	2	5	7
casal com crianças e escravo(s)	6	4	10	6	5	12
demais escravistas	6	12	18	6	12	18
demais escravistas - predominancia fem.	5	5	10	6	7	14
Outros	4	0	4	5	0	5
Total	4	2	7	5	2	7

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

A presença de maior número de crianças (embora não seja possível identificar a condição das mesmas) sugere a elevada capacidade reprodutiva das famílias escravistas, em especial o agregado das “demais escravistas”, na Tabela 8. A distribuição etária das crianças, por sua vez, sinaliza a capacidade de retenção das mesmas dentro do fogo, mesmo estando em idades maiores (de 8 a 15 anos).

Tabela 8

Média de crianças e jovens, em faixas de idade, por fogos, segundo tipos Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Tipos	1832			1862		
	Até 7 anos	De 8 a 15 anos	Total	Até 7 anos	De 8 a 15 anos	Total
unipessoal feminino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
unipessoal masculino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
unipessoal feminino escravista	0,6	0,8	1,5	0,9	0,7	1,6
unipessoal masculino escravista	0,3	0,6	1,0	0,6	0,7	1,3
casal solitário	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
casal com crianças	1,7	1,2	2,9	2,0	1,4	3,4
casal solitário com escravo(s)	0,4	0,7	1,1	0,9	1,2	2,1
casal com crianças e escravo(s)	2,4	2,2	4,6	2,7	2,6	5,4
demais escravistas	2,9	3,1	6,0	3,2	3,3	6,5
demais escravistas - predominancia fem.	1,9	1,9	3,8	2,9	2,7	5,6
Outros	0,6	0,7	1,3	0,9	0,9	1,8
Total	1,3	1,2	2,6	1,6	1,4	3,0

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860

Transformações econômicas

Na década de 1830, segundo Paiva e Godoy (2001), a dinâmica produtiva da região de Araxá e Sertão do Alto Rio São Francisco consistia na produção de viveres, algodão, suínos, bovinos e outras criações, couros e toucinho. Entre esses produtos, exportava-se o algodão, couros e toucinho para a Corte do Rio de Janeiro, bovinos para o entreposto comercial do sudeste mineiro, e outras criações dirigia-se para corte. Importava-se do Rio de Janeiro, bens manufaturados, escravos e sal. Configurando assim nessa região, uma predominância produtiva agrícola e pecuária. Voltada basicamente para exportação para a corte, aonde a demanda por bens alimentícios era alta. E importavam-se bens mais elaborados e mão de obra escrava para a produção agropecuária.

Passadas três décadas, o ambiente econômico parecia não se ter alterado, embora tivesse havido a diminuição do impeto de crescimento demográfico, o que sugere, também, certa desaceleração econômica. O território exportava suínos, bovinos, viveres, queijo e fumo. O principal ponto de destino continuava-se a ser a província do Rio de Janeiro. Importava, em contrapartida, sal, gêneros de engenhos e vinhos. Como observações contidas no documento há reclamação da “falta de braços” e de comunicação com a província do Rio de Janeiro que causava o “atraso na lavoura”. As estradas ligavam a comarca a Província de Goiás, ao Sul de Minas e à Corte.

Dinâmica oposta parece ter acontecido na região da Mata que, no começo do século XIX tinha-se notícias da produção de viveres, em grande parte, apenas para consumo interno, segundo relato de vários viajantes (Paiva e Godoy, 2001). Nos anos de 1860, contudo, a Mata já produzia, além de viveres, cana, café e fumo. A criação de suínos

assumia certa importância. A agroindústria era vigorosa e dali saía derivados de cana e toucinho. A Mata passou a exportar café, principalmente. Contudo, a sua pauta de exportação incluía toucinho, derivados de cana, e outras criações.

Apesar de a economia ter se tornado muito aberta, os documentos de época noticiam apenas a importação de fazendas secas e molhadas. As principais estradas iam para Barbacena, São João Del Rey e Rio de Janeiro. Curiosamente também há queixas da falta de braços e de materiais para terra no documento de 1861.

A região Mineradora Central Oeste, mais populosa de todas, produzia, sobretudo, cana de açúcar, víveres, derivados de cana, doces e queijos, na década de 1830. O setor extrativo tinha ainda alguma importância com o ouro, diamantes e pedras preciosas. Sua constituição mais urbana permitia a produção de fiação e tecelagem, siderurgia e outras atividades artesanais. Sua pauta de exportação era variada, como sugere o seu setor agropastoril e manufatureiro. A região importava escravos, manufaturas importadas e sal.

Em 1860, a economia dessa região parece não se ter alterado muito, a não ser pela estagnação da indústria, o que é sugerido pela diminuição desses itens na pauta de exportação e pela queixa da escassez mão de obra. Os documentos de 1861 dão mais detalhes sobre as importações: fazenda seca, vinho, ferro, diversos manufaturados, velas de cera, drogas, bacalhau, farinha de trigo, vinagre, queijos, fumo, fazendas molhadas.

Na região Sul, que engloba o Sudeste, Sudoeste, Sul Central, tinha uma economia robusta, em 1830. Produzia tabaco, e víveres. Na pecuária havia o destaque para bovinos, suínos. Além de fiação e tecelagem, couro e toucinho, e ouro. Havia exportação de fumo para a província de São Paulo e a Província do Rio de Janeiro, além de víveres para a corte e ouro para o Rio de Janeiro. O Sul enviava também para a corte, outras criações suínos e bovinos, couro toucinho e queijo. Já para São Paulo enviava fiação e tecelagem, doces e queijo. E importava de São Paulo bens importados, e do Rio de Janeiro escravos, sal e bens importados processados.

Em 1860 os dados do censo econômico sugerem manutenção do vigor econômico, com as mesmas articulações econômicas com Rio de Janeiro e São Paulo e outras regiões de Minas Gerais. O café ainda era um artigo de importação, assim como o sal, fazendas secas, fazendas molhadas, vinho, vários manufaturados, bacalhau, derivados de cana (sobretudo, aguardente).

A economia da região Intermediária Pitangui-Tamanduá imitava, em menor intensidade, a diversificação econômica do Sul e da Mineradora Central Oeste, desde o início do século XIX. Não há indício de mudança nos trinta anos analisados. Em 1860, exportava fumo, víveres, toucinho, derivados de cana, em alguns lugares exportava gado para o Rio de Janeiro e víveres para São João Del Rey, que era o centro de maior acesso por estradas. Na pauta de importação estava sal, vinho, fazendas secas, fazendas molhadas e ferro.

A Mineradora Central Leste era uma região de vazio demográfico, por todo o período estudado. Era, contudo, uma região de atração populacional, uma fronteira agrícola que atraía mais famílias camponesas que escravistas. A comercialização de seus produtos era, em geral, para outras regiões de Minas, o que era garantido pelas tropas que passavam pela estrada que ligava Ouro Preto e Diamantina. Já em 1860, vendia víveres, queijos e algum gado. Importava sal, ferragem, louça e fazendas molhadas.

Diferentemente dos relatos de viajantes do início do século XIX, que falavam da ida de escravos para Minas Gerais, há um completo silêncio nos documentos da década de

1860, o que sugere inflexão do comércio de cativos e interrupção da compra de escravos de outras províncias para Minas Gerais.

5. Considerações finais

Os principais resultados podem ser esquematizados abaixo:

1 - A população recenseada nas áreas das 37 paróquias e localidades eram de 92 mil habitantes em 1832 (ou cerca de 10,8% da população) e de 116,5 mil habitantes, em 1862 (ou cerca de 8,1% do total), segundo estimativas populacionais apontadas por Rodarte et al (2014);

2 – Entre 1832 e 1862 a população passou por um movimento de rejuvenescimento, crescendo a parcela de crianças de até 7 anos. Por outro lado, houve retração do peso relativo das pessoas entre 16 e 30 anos;

3 - Um maior equilíbrio entre sexos tanto entre livres, quanto entre os escravos. O rejuvenescimento da população, ao lado de razões de sexo mais próximas de 100 sugerem arrefecimento dos fluxos migratórios e do tráfico de escravos. Exceção coube às paróquias da Mata;

4 – Elevado processo de concentração de escravos. Os fogos capazes de possuir escravos reduz de 1/3 para 1/4 do total de fogos. A força de trabalho escrava empregada nos grupos dos pequenos e médios proprietários perdeu peso relativo, ao passo que a parcela de cativos do grupo dos proprietários com 50 ou mais escravos foi a única a aumentar de 8,7% para 12,7% nas três décadas analisadas.

5 – No período em tela, constatou-se uma sensível redução da variedade de estruturas familiares, tanto as mais simples como as mais complexas. Em contraposição, elevou-se acentuadamente a parcela de fogos constituídos por um núcleo, com ou sem filhos (e sem escravos), que elevou-se de 34,8% para 46,1%, o que sugere a perda da plurifuncionalidade da família, corroborando as ideias de Mitterauer e Sieder (1982).

O processo de concentração da força de trabalho cativa em menos fogos sugere uma reorientação econômica severa que, no plano mais geral, equivale a dizer a ascensão da Crematística, em detrimento do Econômico, ou, do autoconsumo dando lugar ao mercado. Esse movimento, contudo não foi linear.

Nesse período, detectou-se redirecionamento demográfico e virtuosismo econômico, de um lado, de regiões envolvidas direta ou indiretamente à produção de exportação, em especial do café; e, de outro lado, das regiões que sediavam parte mais expressiva da rede de cidades e, também, do mercado interno.

Referências bibliográficas

COULANGES, Fustel. **A cidade Antiga**: Estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 12ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2001. 421p.

FINLEY, Moses. **Economia e Sociedade na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 2ª Ed. 366 p.

HOLANDA, Sérgio B (1936). **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). **Household and family in the past time**. Cambridge: University Printing, 1972. p. 1 - 89.

- MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do Séc. XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. X, 2002, Diamantina. In: **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. p. 1-25.
- MITTERAUER, Michael, SIEDER, Reinhard. **The European family: patriarchy to partnership from the middle Ages at the present.** Chicago: The University of Chicago, 1982. 235 p.
- NOGUERÓL, Luiz P. F. Preço de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e Sabará, no século XIX. Mercadorias de um mercado nacional em formação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 7-36, maio 2005.
- PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: SILVA, Francisco C. T.; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João (orgs.) **Escritos sobre a história e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.** Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001. p. 479-515
- RODARTE, Mario M. S.; PAIVA, Clotilde A. ; SILVA, José C. M. ; AVELINO, Jefferson A. . Travessia: o processo de modernização da Minas Gerais oitocentista pelos dados dos censos do início da década de 1860. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014, São Pedro. **Anais...**, 2014. v. 1. p. 1-19.
- RODARTE, Mario M. S. ; PAIVA, Clotilde A. ; GODOY, Marcelo M. . Publicação crítica de censo sócio-demográfico e econômico para a província de Minas Gerais, 1830. In: Décimo Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: BRASA, 2010.
- RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado.** Minas Gerais, 1830. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. 279p .
- TAUNAY, Carlos A. **Manual do Agricultor Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.328p.
- XENOFONTE. **Econômico.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. 99p.

Tabela 9 - População de paróquias com territórios comparáveis. Centro e Sul de Minas Gerais, 37 paróquias. 1832 e 1862

Paróquias e Municípios pertencentes em 1862	1832			1862			Variação (em %)			Proporção de escravos (em %)		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	1832	1862	Total
São José da Paraíba - Leopoldina	1.216	1.326	2.542	2.948	2.733	5.612	142,4	106,1	120,8	52,2	48,7	-3,5
São José do Chopotó - Mariana	769	448	1.217	1.319	577	1.879	71,5	28,8	54,4	36,8	30,7	-6,1
Antônio Dias Abaixo	1.271	359	1.630	2.284	447	2.730	79,7	24,5	67,5	22,0	16,4	-5,7
Arcos - Formiga	2.730	809	3.539	2.913	1.133	4.045	6,7	40,0	14,3	22,9	28,0	5,2
Curral Del Rei - Sabará	2.540	707	3.247	3.012	600	3.598	18,6	-15,1	10,8	21,8	16,7	-5,1
Capela Nova de Betim - Sabará	3.026	1.441	4.467	2.291	726	2.988	-24,3	-49,6	-33,1	32,3	24,3	-8,0
Dores da Boa Esperança - Três Pontas	2.766	1.294	4.060	2.707	1.436	4.149	-2,1	11,0	2,2	31,9	34,6	2,7
Bom Despacho - Pitangui	1.353	475	1.828	1.447	434	1.885	6,9	-8,6	3,1	26,0	23,0	-3,0
Bom Sucesso - Oliveira	1.851	1.219	3.070	2.281	1.233	3.515	23,2	1,1	14,5	39,7	35,1	-4,6
Capela Nova das Dores - Queluz	1.310	863	2.173	1.630	896	2.519	24,4	3,8	15,9	39,7	35,6	-4,1
Catas Altas da Noruega - Queluz	1.612	998	2.610	1.549	360	1.857	-3,9	-63,9	-28,9	38,2	19,4	-18,9
Espirito Santo da Mutuca - Campanha	1.430	739	2.169	2.304	972	3.287	61,1	31,5	51,5	34,1	29,6	-4,5
São Miguel e Almas das Correntes	1.809	875	2.684	4.768	649	5.420	163,6	-25,8	101,9	32,6	12,0	-20,6
N. Sra. da B. Viagem de Itabira do Campo	1.346	387	1.733	1.367	233	1.602	1,6	-39,8	-7,6	22,3	14,5	-7,8
Lagoa Dourada - S. José Del Rei	1.208	963	2.171	1.662	679	2.350	37,6	-29,5	8,2	44,4	28,9	-15,5
Sacra Família e Santo Antônio de Machado	488	435	923	2.059	1.189	3.247	321,9	173,3	251,8	47,1	36,6	-10,5
Mariana - Mariana	2.117	829	2.946	2.716	417	3.119	28,3	-49,7	5,9	28,1	13,4	-14,8
São Sebastião - Mariana	411	191	602	346	81	427	-15,8	-57,6	-29,1	31,7	19,0	-12,8
Furquim - Mariana	943	574	1.517	2.265	803	3.062	140,2	39,9	101,8	37,8	26,2	-11,6
Nossa Senhora de Nazareth - S. João Del Rei	2.192	2.046	4.238	3.007	1.697	4.682	37,2	-17,1	10,5	48,3	36,2	-12,0
São João Nepomuceno - Lavras	1.361	1.246	2.607	1.999	1.410	3.414	46,9	13,2	31,0	47,8	41,3	-6,5
Onça do Rio de São João Acima - Pitangui	1.816	944	2.760	1.207	528	1.730	-33,5	-44,1	-37,3	34,2	30,5	-3,7
São Jose do Paraíso - Itajubá	1.626	396	2.022	2.687	318	3.082	65,3	-19,7	52,4	19,6	10,3	-9,3
Nossa Senhora do Patrocínio de Muriaé - S P de M	1.655	1.060	2.715	2.648	832	3.470	60,0	-21,5	27,8	39,0	24,0	-15,1
São Sebastião de Capituba - Cristina	1.042	413	1.455	3.273	924	4.178	214,1	123,7	187,1	28,4	22,1	-6,3
Perdões - Lavras	2.283	928	3.211	2.462	1.012	3.467	7,8	9,1	8,0	28,9	29,2	0,3
Piedade dos Gerais - Bonfim	2.301	1.139	3.440	3.145	974	4.119	36,7	-14,5	19,7	33,1	23,6	-9,5
Piranga - Piranga	2.055	927	2.982	2.965	1.023	3.994	44,3	10,4	33,9	31,1	25,6	-5,5
Nossa Senhora da Piedade da Espera - Piranga	1.938	1.174	3.112	1.927	864	2.792	-0,6	-26,4	-10,3	37,7	30,9	-6,8
São Sebastião das Correntes - Serro	2.780	1.142	3.922	5.125	1.313	6.495	84,4	15,0	65,6	29,1	20,2	-8,9
Santíssimo Sacramento	1.200	562	1.762	2.425	918	3.341	102,1	63,3	89,6	31,9	27,5	-4,4
São Braz do Suaçui - Termo de Queluz	1.817	997	2.814	2.058	834	2.891	13,3	-16,3	2,7	35,4	28,8	-6,6
São Domingos do Prata - Santa Bárbara	1.253	907	2.160	1.835	1.127	2.861	46,4	24,3	32,5	42,0	39,4	-2,6
São Roque de Minas - Pium-I	1.497	709	2.206	1.231	380	1.607	-17,8	-46,4	-27,2	32,1	23,6	-8,5
São Thiago - S. José Del Rei	508	646	1.154	1.042	745	1.767	105,1	15,3	53,1	56,0	42,2	-13,8
Santana do Sapucahy	3.635	1.005	4.640	4.097	1.256	5.365	12,7	25,0	15,6	21,7	23,4	1,8
Total	61.155	31.173	92.328	85.001	31.753	116.546	39,0	1,9	26,2	33,8	27,2	-6,5

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais das décadas de 1830 e 1860